

**Quadro 03 – Cumprimento de recomendações da auditoria interna atendidas no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa:</b>	
<b>Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais</b>	
<b>Deliberações expedidas pela Presidência nº 3273906</b>	
<b>Relatório de Auditoria nº 3268277</b>	<b>SEI nº 0012632-79.2022.6.13.8000</b>
<b>Síntese de Providências Adotadas e Resultados Obtidos:</b>	
<b>a) Implementação da política de criação e manutenção de senhas elaborada pela CSI</b> – foi realizada a ação de inclusão do requisito de aderência à política da criação de senhas no escopo do projeto “Controle de Acesso”.	
<b>b) Recursos criptográficos para gravação de senhas dos sistemas administrativos internos:</b> foram incluídos no projeto “Controle de Acesso” os requisitos de recursos criptográficos para gravação de senhas dos sistemas administrativos, bem como foi acrescentado o pacote de entrega para disponibilização dos recursos criptográficos para proteger informações dos sistemas administrativos internos.	
<b>Sector Responsável pela Implementação: STI</b>	

**Quadro 04 - Situação das recomendações da auditoria interna que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa:</b>	
<b>Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais</b>	
<b>Deliberações expedidas pela Presidência nº 3273906</b>	
<b>Relatório de Auditoria nº 3268277</b>	<b>SEI nº 0012632-79.2022.6.13.8000</b>
<b>Justificativa apresentada pelo seu Não Cumprimento</b>	
<b>a) Autenticação multifator (MFA) para acesso aos ativos de TIC controlados pelo Tribunal e que são expostos fora das redes internas da Justiça Eleitoral:</b> O MFA foi implantado, em parte dos sistemas, contemplando os usuários deste Tribunal.	
<b>b) Autenticação multifator (MFA) para o acesso interno ou externo a contas de sistema, programas utilitários e demais ferramentas de administração de recursos ou de segurança de TIC:</b> O MFA foi habilitado, em parte dos sistemas, para os usuários deste Tribunal faltando algumas integrações com outras ferramentas.	
<b>c) <u>Determinação:</u> Implementação da política de criação e manutenção de senhas elaborada pelo CSI e <u>Determinação:</u> Suporte ao uso de MFA para os acessos às contas que possuem privilégios administrativos relativamente aos sistemas desenvolvidos internamente, temos o seguinte a esclarecer:</b>	
c.1) O projeto “Controle de Acesso” foi iniciado e o sistema criado foi disponibilizado em ambiente seguro, sendo a primeira fase do projeto concluída.	
c.2) Estas duas Determinações estão previstas para serem concluídas, no prazo máximo de 2 anos, envolvendo duas coordenadorias da STI.	
c.3) A implementação requer estudos intensivos de ferramentas que requerem alocação de pessoal de infraestrutura e de desenvolvimento e, também, a articulação destes recursos, não podendo haver dedicação exclusiva, devido à necessidade destas equipes executarem projetos concorrentes.	

c.4) A implementação requer a mudança das funções de autenticação em vários sistemas.
c.5) Os recursos de infraestrutura para implantação da ferramenta a ser utilizada serão disponibilizados, conforme cronograma do projeto.
<b>d) Inventário centralizado de contas de usuários:</b> O sistema criado já possui um cadastro centralizado de usuários e o inventário centralizado com todos os sistemas está previsto em projeto “Controle de Acesso”.
<b>Setor Responsável pela Implementação:</b> STI

Rosilene Valadares de Matos  
Técnica Judiciária

Paulo Roberto Mendes  
Chefe da Seção de Apoio à Gestão e Governança de TI

À STI,

Encaminho os autos, com as alterações sugeridas pelo Nasti e ajustadas pela SAGTI, solicitando envio para que a Coordenadoria de Auditoria Interna promova nova publicação do relatório de auditoria no Portal da transparência e Prestação de Contas.

Valéria Freitas Vargens  
Coordenadora de Gestão e Governança da STI



Documento assinado eletronicamente por **ROSILENE VALADARES DE MATOS, Técnico Judiciário**, em 31/05/2023, às 19:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO MENDES, Chefe de Seção**, em 31/05/2023, às 19:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALÉRIA APARECIDA ANTUNES FREITAS VARGENS, Coordenador(a)**, em 01/06/2023, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-mg.jus.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4210173** e o código CRC **B357A377**.

---

0001366-61.2023.6.13.8000

4210173v1